

Estados querem descentralizar o sistema

Por todo o país, os secretários estaduais e municipais de Educação reclamam do excesso de centralização e da maneira como o Governo Federal administra e distribui os recursos do salário-educação. Eles mesmos querem deter controle sobre o imposto que seus Estados arrecadam e estão se mobilizando para evitar que o dinheiro viaje para Brasília e volte encolhido depois - quando volta. Com isso, os secretários pretendem efetivamente ter controle sobre uma verba cada vez mais importante para a recuperação e construção de escolas. Até mesmo em Santa Catarina, um dos Estados com melhores índices de aproveitamento escolar, por exemplo, o salário-educação é o único meio disponível para manter e ampliar a rede. Em Estados pobres, como o Acre, com 64% de analfabetos, ele

Gilda Poli,
secretária de
Educação do
Paraná,
quer saber
quanto seu
Estado
arrecada, mas
Brasília
não informa.



Foto: Felipe Carpinelli/AE

é mais do que essencial. “Sem ele não teríamos ensino”, diz a secretária Zilnizia Rodrigues, que há um ano espera resposta do FNDE de um pedido de Cr\$ 516 milhões.

Minas Gerais também depende do salário-educação. O secretário Gamaliel Herval reclama da lentidão do repasse. Herval protesta contra a sistemática de arre-

cadação e discorda dos critérios de distribuição do FNDE, que, a princípio, deveria redistribuir os recursos entre os Estados mais pobres. Ele discorda, principalmente, da viagem que o dinheiro faz até Brasília, para depois voltar, com atraso, para os Estados. “Temos imensas áreas de pobreza e não podemos depender da centralização do dinheiro no Governo Federal”, diz. Com ele concorda a secretária de Educação do Paraná, Gilda Poli. Para ela, a centralização tem um único objetivo: evitar que os Estados fiquem sabendo quanto arrecadam e quanto deviam receber como retorno. Gilda já insistiu em busca de informações junto ao ministério para saber quando e quanto seu Estado arrecada e quais empresas contribuem. Jamais teve resposta.